



MEU CORPO, MINHAS REGRAS: violência contra as mulheres negras no Brasil

Misslane Cristina Simplício dos Santos (1); Maria de Fátima de Araújo Silveira (2)

Universidade Estadual da Paraíba misslanesimplicio@hotmail.com

RESUMO: O presente trabalho relata a trajetória do movimento feminista no Brasil, o preconceito que as mulheres negras sofrem e a violência por elas enfrentada. Através de levantamento de fontes documentais, o estudo teve o intuito de apontar as taxas de violência e homicídio, a idade mais acometida e o perfil das mulheres que são vítimas da violência, além de contextualizar as lutas dessas mulheres para conquistar o direito de comandar seus corpos e suas decisões.

Palavras-chave: Mulheres negras, preconceito, violência.

INTRODUÇÃO

É lícito dizer que foi com Nísia Floresta, em 1835, que a luta do feminismo no Brasil ficou marcada ao publicar o livro “Direitos das Mulheres e injustiça dos Homens”. No final do século XIX, surgiu o primeiro lema: “mulher instruída, mulher emancipada”, o qual fez crescer a participação feminina pelo direito ao voto, em movimentos constitucionalistas e nos movimentos sociais. A luta feminista ganhou destaque, uma vez que as reivindicações pela emancipação das mulheres estavam presentes em espaços variados da sociedade (BRASIL, 2010). No período compreendido entre 1960 e 1970 surgiu o segundo lema: “Nosso corpo nos pertence”, que ajudou na consolidação do feminismo como movimento político e a produção teórica sobre a opressão feminina em diálogo com a militância política (HEILBORN, SORJ, 1999). As feministas em

1980 começaram, em 1980, a luta contra a violência às mulheres e pelo princípio de que os gêneros são diferentes, mas não desiguais. O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) foi criado em 1985, submetida ao Ministério da Justiça, com objetivo de eliminar a discriminação e aumentar a participação feminina nas atividades políticas, econômicas e culturais. Em 2000, quando toda a mídia comentava que o movimento feminista estava chegando a fim, relatava-se ainda que foi de fundamental importância para grandes conquistas na vida ocidental. Foi no Canadá, em Toronto, em 2011 que surgiu o protesto com o lema: “A marcha das vadias”, que emergiu para ir de encontro a uma declaração de um policial, em um fórum universitário sobre segurança no *campus*, onde postulou que as mulheres poderiam evitar ser estupradas se não se vestissem como *sluts*. O movimento foi e continua



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

sendo destaque no mundo inteiro. No Brasil foram levantadas novas bandeiras que as mulheres traziam no corpo como palavras de ordem, “meu corpo, minhas regras”, “meu corpo não é um convite” foram os mais presentes em protestos o que nos mostra que o feminismo está longe de chegar ao fim.

Com o avanço da tecnologia e mais acesso as redes sociais, que é uma ferramenta aliada e eficaz ao Feminismo, faz-se repercutir com mais eficácia as críticas às campanhas e matérias que são publicadas na mídia escrita de uma forma que venha a denegrir o movimento feminista. Ela nos permite ecoar um grito de repúdio e faz com que o movimento cresça.

Por ser negra, a mulher paga um preço ainda maior, tidas apenas como capazes de trabalhos manuais “empregadas domésticas” e incapazes de exercer profissões que “apenas” a elite pode, as mulheres negras são ainda mais julgadas e sofrem agressões que muitas vezes chegam a ser desumanas ao comparar com as mulheres brancas. A violência racial constitui um constante ataque às identidades e subjetividades dos excluídos, por meio da veiculação de um discurso que estabelece o padrão cultural dominante, capitalista, branco e andrógino, ao qual a população negra é constantemente pressionada a se adaptar e moldar (BENTO, 2002). Em 10 de junho de 2014 com o intuito de diminuir o racismo e o

preconceito, entrou em vigor a *Lei 12.990* que destina uma porcentagem das vagas de concursos públicos para negros e pardos, porém, não é suficiente para diminuir a violência contra a mulher negra que de acordo com o Mapa da Violência 2015 (WASELFISZ, 2015), o estudo mostrar que a cada 5 mulheres assassinadas 3 são negras.

Já em relação à saúde da mulher, observamos que a própria política e saúde da mulher é homogeneizada, tendo em vista que todas são mulheres, no entanto, existe subdivisões para cada “tipo” de mulher. Mesmo com a política, o atendimento fica a desejar já que os profissionais têm suas culturas e crenças, o que dificulta o acesso dessas mulheres.

Tendo em vista esse contexto, vimos a necessidade de investigar a realidade na qual as mulheres negras estão inseridas.

O intuito do trabalho é discutir e apresentar os dados da violência contra a mulher, tendo como foco a faixa etária, a região do país com maior número de casos e as taxas de feminicídio.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo documental, cuja base de dados inicial foi o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), do qual foram retiradas as estatísticas e o documento oficial sobre a

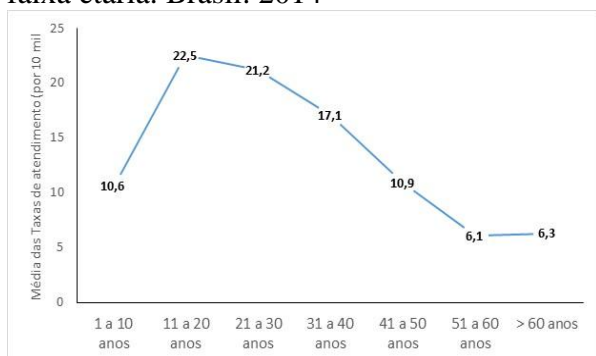


violência contra a mulher, segundo as variáveis idade. Posteriormente, foi acessado o Mapa de Violência no Brasil, Edição 2015. Deste documento foram extraídas as informações relativas ao perfil de raça/etnia das mulheres vitimadas, da distribuição geopolítica e anual dos feminicídios no período entre 2003 e 2013. Os resultados são apresentados em tabelas e frequências simples e relativas.

RESULTADOS

Segundo o SINAN (Sistema de Informação de Agravos de Notificação) a taxa de atendimento a mulheres que passaram por violência vem aumentando, na última década.

Gráfico 1 – Média das taxas de atendimento do SUS (por 10 mil) por violências, segundo faixa etária. Brasil. 2014



Fonte: Mapa da Violência 2015. Homicídio de mulheres no Brasil.

No gráfico 1, observa-se que as mulheres compreendidas nas faixas etárias de 11 a 20 anos e 21 a 30 anos apresentam uma taxa média de atendimento do SUS de 22,5 e 21,2 respectivamente, além desse destaque ressalta-se que ao passar da idade essa taxa

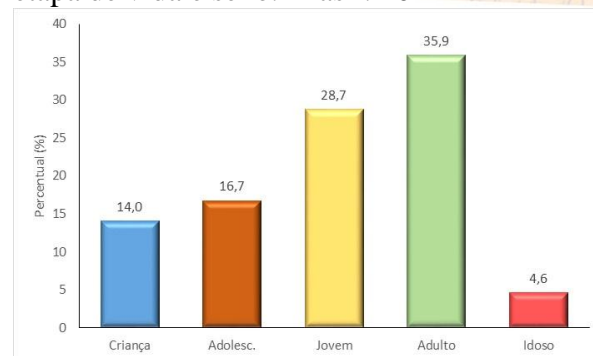
média diminui. No gráfico 2, destacamos que a Região Sul destacou-se com a taxa de 20,7 dos atendimentos realizados pelo SUS por problemas decorrentes de violências das mulheres e as regiões Nordeste e Norte apresentaram as taxas mais baixas, respectivamente 8,7 e 11,7. No gráfico 3, observa-se que segundo a etapa de vida das mulheres as idosas (4,6%) são as que menos procuram o atendimento do SUS por violência, já as jovens (28,7%) e as adultas (35,9%) são as mais atendidas pelo SUS.

Gráfico 2 – Taxas de atendimento feminino pelo SUS (por 10 mil), segundo a região. Brasil. 2014



Fonte: Mapa da Violência 2015. Homicídio de mulheres no Brasil.

Gráfico 3 – Distribuição (%), do atendimento (por 10 mil) por violências no SUS, segundo etapa de vida e sexo. Brasil. 2014





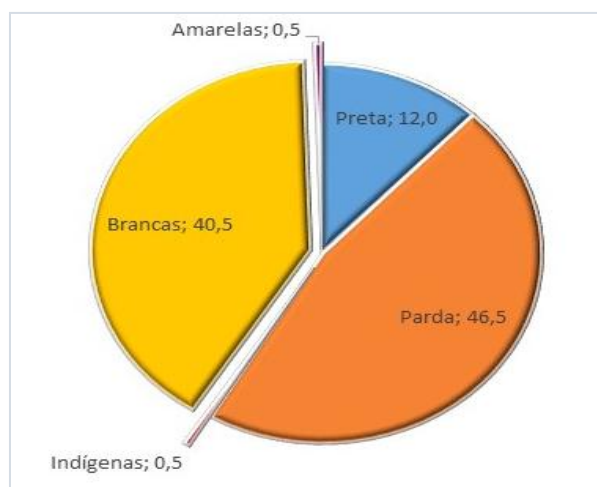
XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Fonte: Mapa da Violência 2015. Homicídio de mulheres no Brasil.

No gráfico a seguir observamos que as mulheres negras (pretas e pardas) apresentam um percentual de 58,55% em relação às mulheres brancas 40,48%, no que diz respeito a denúncia de violência.

Gráfico 4 – Perfil das vítimas



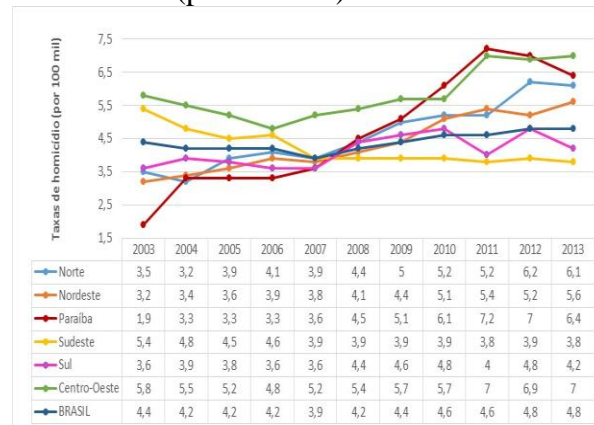
Fonte: Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180/SPM

Segundo a evolução da taxa de homicídio das mulheres por região, identificamos que as regiões Centro-oeste e Norte apresentam taxa média de 5,8 e 4,6, enquanto o Brasil apresenta uma taxa média de 4,4. Podemos observar, ainda, a evolução do Estado da Paraíba em relação às regiões a qual, que o mesmo teve um crescimento exponencial até 2011, alcançando uma taxa de 7,2 (gráfico 5).

De acordo com os registros do SINAN que permitem indicar o(s) agressor(es), nos atendimentos por violências, os mais

apontados são: pai, mãe, padrasto, madrasta, cônjuge e ex-cônjuge.

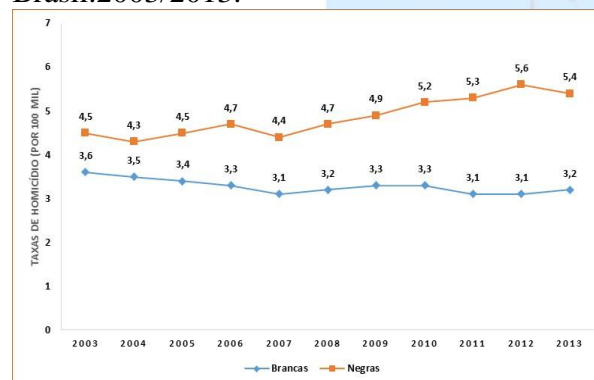
Gráfico 5 - Evolução das taxas de homicídio de mulheres (por 100 mil). Brasil. 2003/2013.



Fonte: Mapa da Violência 2015. Homicídio de mulheres no Brasil.

Em relação à taxa de homicídio cometido contra as mulheres, averiguou-se que a taxa aumentou para as mulheres negras ao longo dos anos, como observamos no gráfico abaixo.

Gráfico 6 – Evolução das taxas de homicídio de mulheres (por 100 mil), e cor. Brasil.2003/2013.



Fonte: Mapa da Violência 2015. Homicídio de mulheres no Brasil.

Ressalta-se que embora a violência fatal tenha diminuído para as mulheres de modo geral, no segmento da população

www.generoesexualidade.com.br

(83) 3322.3222

contato@generoesexualidade.com.br



feminina negra que esse percentual tem apresentado crescimento.

DISCUSSÃO

Os estudos mostram que a violência contra a mulher ainda é muito presente na sociedade é que mesmo com a Lei nº 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, a taxa de homicídio contra a mulher ainda é significativa, entretanto, teve uma diminuição quando a lei entrou em vigor.

Estima-se que ocorrem, em média, 5.664 mortes de mulheres por causas violentas a cada ano, 472 a cada mês, 15,52 a cada dia, ou uma a cada hora e meia. (IPEA, 2013).

A taxa de homicídio foi elevada em todas as regiões brasileiras. O perfil das vítimas de agressão são as mulheres negras, em grande parte, compatível com situações relacionadas à violência doméstica e familiar contra a mulher (Ipea/Seppir/SPM-PR, 2013).

No período de 2006/2013 a taxa de homicídio diminuiu para 1,7%, no entanto, em relação à população feminina negra essa taxa não diminuiu e sim aumentou. A literatura enfatiza que tal realidade deve-se à situação socioeconômica, cultural e demográfica deste segmento, pois a maior parte dos casos está relacionada à renda, situação de moradia e faixa etária (WAISELFISZ, 2015).

De acordo com o Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA), no Brasil, 61% dos óbitos foram de mulheres negras, sendo estas as principais vítimas em todas as regiões, à exceção da Sul (MARCONDES, 2013). Merece destaque a elevada proporção de óbitos de mulheres negras nas regiões Nordeste (87%), Norte (83%) e Centro-Oeste (68%), segundo o estudo essa proporção está relacionada à maior concentração dessas mulheres nessas regiões, assim como também fatores culturais e socioeconômicos. (IPEA, 2013)

CONCLUSÃO

Concluimos enfatizando a necessidade de reforço às ações previstas na Lei Maria da Penha, bem como a adoção de outras medidas voltadas ao enfrentamento à violência contra a mulher, à efetiva proteção das vítimas. A luta das mulheres contra todas as formas de violência precisa ser intensificada para reversão deste quadro ainda dramático, particularmente no atual contexto sócio-político brasileiro, em que direitos já garantidos por legislação correm o risco de retrocesso. No tocante às mulheres negras, há demanda de políticas sociais e de saúde, específicas, considerando os alarmantes índices de preconceito e racismo no país



REFERÊNCIAS

BENTO, M. A. S. Branqueamento e branquitude no Brasil. In I. CARONE M, BENTO A. S. (Orgs.), **Psicologia social do racismo** (pp. 25-59). Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Tempos e Memórias do Feminismo no Brasil**. Brasília: SPM, 2010.

HEILBORN, Maria Luiza e SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil, in: MICELI, Sérgio (org.) **O que ler na ciência social brasileira** (1970-1995), ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, 1999.

GARCIA LP, Freitas LRS, Silva GDM, Höfelmann DA. **Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil**. Ipea; 2013

MARCONDES MM et. al. **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília: IPEA, 2013.

WASELFISZ, JJ. **Mapa da Violência 2012: a cor dos homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: CEBELA/FLACSO; Brasília: SEPP/PR, 2012.